

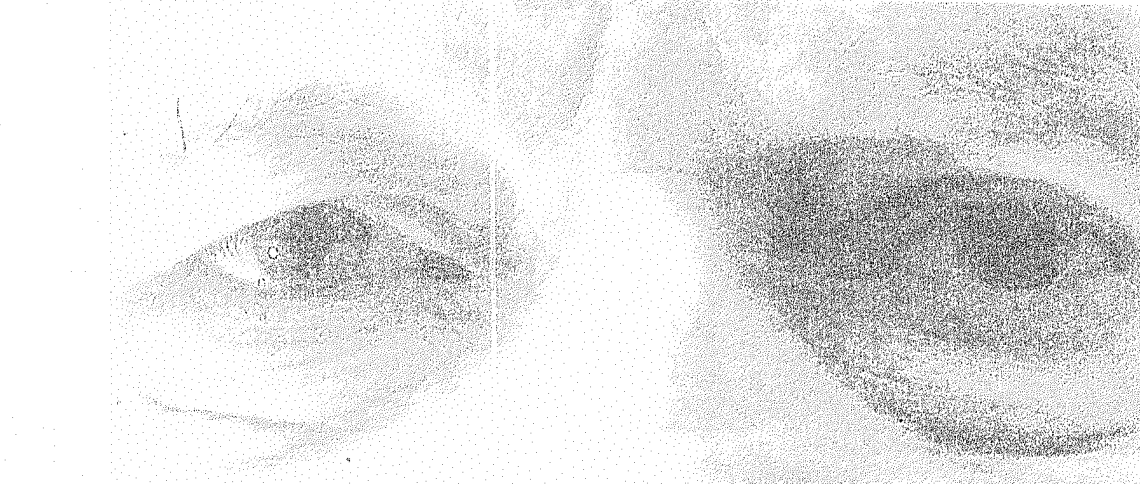
06 MAR 2015

ENTREVISTA

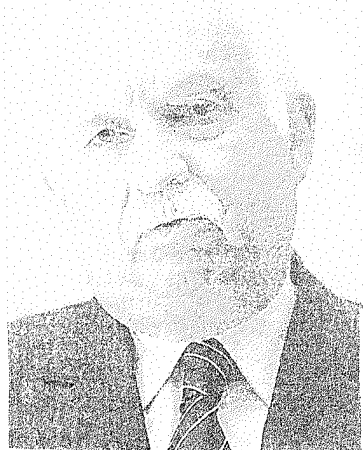
Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)

GAZETA DO POVO

“O administrador do tribunal tem que ter muita cautela diante da dificuldade do estado”



Joana Neitsch



ENTREVISTA

PAULO ROBERTO VASCONCELOS, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

currículo

- Graduado em Direito pela PUC-PR e em Administração pela UFPR
- Especialização na área de Administração em Recursos Humanos; Orçamento Programa e Planejamento Governamental e na área de Direito
- Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar-gestão 2006/2007)
- Foi 1º vice-presidente do TJ-PR (biênio 2013-2014)

Há pouco mais de um mês no cargo, o novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, está com o discurso de colocar a casa em ordem. Logo depois da posse, ele começou a fazer mudanças na estrutura administrativa do tribunal. O novo presidente vem com um discurso técnico depois dos sobressaltos, nos últimos anos, do Judiciário paranaense — em 2013, o TJ teve o então presidente Clayton Camargo afastado por irregularidades e, após a renúncia dele, houve a eleição antecipada, quando Guilherme Luiz Gomes assumiu. Agora, Vasconcelos precisa lidar com o contexto de austeridade do Estado e, mesmo sendo o Executivo e o Legislativo que estão mais na berlinda, o Judiciário também precisará se planejar com menos recursos.



video

Confira a entrevista em vídeo do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos para a Gazeta do Povo: www.gazetadopovo.com.br/video-publica/justica-e-direito/

CONTINUA

Ainda assim, ele defende a previsão orçamentária de 9,5% da receitas do estado para o Judiciário. Paulo Roberto Vasconcelos conversou com exclusividade com o **Justiça & Direito**, na sala da presidência do TJ-PR.

Além das mudanças administrativas, ele falou sobre os repasses do governo do estado para o Judiciário e defendeu a previsão orçamentária de 9,5% para o Judiciário. O presidente do TJ diz que o momento é de cautela e por isso vai frear a contratação de novos servidores e não deu previsão para abertura concursos públicos. Mesmo em um contexto de crise, ele diz que a concessão do auxílio-moradia trata-se do cumprimento da lei. Mas, sobre a concessão do benefício retroativamente, ele diz que não é o momento para esse tipo de reivindicação.

Como foi a sua trajetória no direito até chegar a presidência do TJ-PR?

A minha carreira dentro da magistratura começou em julho de 1984, como juiz substituto do tribunal na comarca de Guarapuava e na sessão judiciária dessa cidade atendi Pitanga, Palmital, Prudentópolis. Em 1989, fui promovido a juiz titular da comarca de Tomazina, na qual fiquei durante três anos. Depois de ser promovido para as entrâncias intermediária e final, e ter atuado na 2ª Vara Criminal e para a 3ª Vara Cível, mudei para o Tribunal de Alçada como juiz substituto em 2º grau. Em 2002, fui elevado a juiz titular do Tribunal de Alçada. Em 2004, com a reforma do poder judiciário, o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça foram unificados. Os juízes titulares foram elevados ao cargo de desembarga-

dores do Tribunal de Justiça do Paraná. Com a unificação, passamos a ser 120 desembargadores do TJ-PR, ficando extinto o Tribunal de Alçada. No período de 2006/2007, fui eleito presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e acredito que fiz uma boa gestão. Compramos um terreno que hoje abriga a sede da associação e saímos do prédio do TJ, porque aqui é um prédio público e eu sempre entendi que associação, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, teria que sair do prédio da administração pública. Em 2012, e fui eleito 1º Vice-presidente do TJ-PR para o biênio 2013/2014. Essa candidatura me proporcionou a fazer um bom trabalho em termos administrativos.

O senhor tem formação em administração?

Sim. Eu fiz dois vestibulares e passei em Administração de Empresas na Universidade Federal do Paraná e também no curso de Direito na Universidade Católica do Paraná, no turno da noite. Como os turnos eram diferentes, eu tive a oportunidade de fazer os dois cursos e isso hoje me ajuda muito, principalmente nessa função de presidente. Logo que me formei, eu já trabalhava no poder executivo e fui convidado pelo professor Ivo Simas Moreira, que na época era Secretário de Governo, para trabalhar na área de planejamento. Nesse cargo, eu fiz vários cursos: planejamento, orçamento e programa, gestão de recursos humanos e passei a ser chefe de um grupo setorial de planejamento da secretaria. Em 1983, entrei para a primeira turma da Escola de Magistratura do Paraná. Sou hoje o magistrado mais antigo, dentro da carreira, que fez a Escola.

O senhor está fazendo uma reestruturação aqui do Tribunal. Quais são os principais objetivos com essa reestruturação?

Como vice-presidente, por diversas vezes eu já exerci a função de presidente, na época do presidente desembargador Clayton Camargo, que depois foi afastado do cargo pelo CNJ. Para ser eleito, eu apresentei um programa de trabalho para os colegas avaliarem e fui prestigiado, tive 68 votos a 45, foi uma votação expressiva e eu fiquei muito feliz porque me deu legitimidade. No meu plano de ações e metas, constava uma modificação muito grande na estrutura organizacional do TJ. Nós tínhamos uma estrutura em termo de organograma que era muito deficiente, ainda era a mesma desde 1960, com algumas pequenas alterações, e precisava de uma remodelação para que efetivamente todo o sistema do TJ se organizasse de uma forma mais moderna em termos de administração.

CONTINUA

O senhor pode citar alguns exemplos?

Iniciamos modificando nosso organograma administrativo do TJ, no qual existem vários departamentos. Iniciamos mudando o regulamento, que era da Secretaria, na verdade com a denominação completamente equivocada, porque o regulamento seria do TJ. Reformulamos todo esse regulamento que passou a ser do TJ. Transformamos o departamento administrativo responsável pelos servidores em departamento de gestão de recursos humanos. Repercussão geral era vinculada à presidência e isso estava completamente equivocado. Por isso, transferimos para o 1º vice-presidente do Tribunal, atualmente o desembargador Renato Braga Bettega.

O senhor prometeu aos magistrados mais assessores. Como isso será feito?

Hoje, estamos fazendo um estudo de todos os servidores que tem no poder judiciário exatamente porque o TJ vem sofrendo um processo de modernização na área de digitalização. Os processos normalmente eram todos físicos. Hoje, nós temos implantado um sistema eletrônico. Com isso, vai haver uma celeridade e os seus processos vão ocorrer de uma forma mais rápida. O processo judicial eletrônico já é aplicado em todo o 1º grau de jurisdição, e vai facilitar muito todos os julgamentos, vai e abreviar essa situação processual.

A ideia, então, seria então remanejar alguns profissionais para a função de assessor?

Exatamente. Ainda está em estudo ainda dentro da área de planejamento e recursos humanos do TJ-PR. Com uma redução de alguns funcionários em muitas áreas, nós vamos ter uma redução de pessoal, que poderá ser remanejado para outros setores, adequando todas as áreas para atender melhor o público.

No ano passado, houve o concurso de nível técnico do 2º grau e cerca de 70 pessoas já foram chamadas. Para esse ano, há uma previsão orçamentária para 160 novos técnicos. O senhor acha que vai ser possível chamar mais 160 técnicos?

Olha, o estado está passando por um momento crítico. O Poder Executivo está tendo dificuldades com a liberação de recursos para os órgãos públicos e também para os outros poderes. Em razão de toda essa dificuldade, para o TJ e também para outros setores vinculados ao Poder Executivo, a gente verifica que é um problema muito sério, que todos da sociedade devem compreender e procurar, digamos assim, ter um momento de reflexão. Muitas das reivindicações que estão sendo feitas agora, que envolvem parte financeira, que envolvem despesas para as repartições públicas, estão sendo olhadas de uma forma muito cuidadosa. Se o Poder Executivo, que tem a chave dos cofres do estado, não repassa os valores correspondentes para cada poder, ou para outros órgãos que estão vinculados a ele, o que vai acontecer? Vai ter uma dificuldade enorme.

E como estão os repasses de recursos para o TJ?

O Poder Executivo teve dificuldade já de repassar valores para a folha de janeiro. Nós conseguimos, felizmente, pagar o pessoal. Então, resolveu-se um problema. Em fevereiro, da mesma forma. Aconteceu esse problema e nós conseguimos agora também que houvesse liberação para pagar o pessoal. São problemas pontuais que foram resolvidos, mas temos ainda alguns créditos para receber do Poder Executivo que estão previstos na lei orçamentária e devem ser respeitados. Porém, temos que entender esse problema pelo qual passa o governador do estado na hora da distribuição dos valores disponíveis que ele tem para fazer essa distribuição.

Isso pode afetar a nomeação das pessoas que já foram aprovadas em concursos?

Eu tenho curso na área de orçamento de programa e até quando estive com o governador mencionei isso para ele saber que realmente nós temos como reivindicar os direitos do TJ-PR, no sentido de que seja obedecido o orçamento que está previsto e aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná. Mas, o que acontece: quando é feito um orçamento para o ano seguinte ou um plurianual para três anos posteriores, é com base em uma estimativa de uma receita que vai entrar nos cofres públicos.

CONTINUA

No momento em que o estado não recebe integralmente aquilo que estava previsto para aquele ano, ele tem uma receita inferior àquela que estava prevista e que foi partilhada para os três poderes. Se recebe menos, é óbvio que ele não vai atender a reivindicação de todos. Não tendo recursos financeiros para atender toda essa demanda que o tribunal planejou, previu e realmente esperava que houvesse essa liberação de recursos, o presidente do tribunal, que administra todo o sistema organizacional financeiro, tem que ter cautela nesse momento. Então, esse administrador do tribunal tem que ter muita cautela em termos de prever exatamente o que vai receber nos meses seguintes e sabendo da dificuldade do estado, a previsão não é boa, para que possa efetivamente fazer as contratações e nomeações, inclusive de serviços terceirizados.

Eno caso, tem um concurso em andamento, já está com a comissão designada, que é para servidores do 1º grau. Esse concurso vai ocorrer?
O momento é de cautela. Como administrador do TJ vou ter toda cautela e isso não vai ser liberado agora. Nós vamos aguardar o momento oportuno, porque esse momento é inoportuno para qualquer aumento de despesas.

Com relação ao Centro Judiciário do Ahú, há previsão de quando será entregue?
No meu plano de ações e metas, como candidato nós colocamos exatamente a execução desse projeto, que já está no setor de engenharia, está sendo estudado. A nossa intenção é iniciar a construção

do Centro Judiciário. Esse projeto está sendo estudado pelo setor de engenharia. Estamos convocando as empresas que trabalharam nesse projeto, que são serviços terceirizados que são prestados no setor de engenharia. Estamos reexaminando toda essa questão, porque nós estamos aqui praticamente na 3ª para 4ª semana e todas as questões que estavam sendo desenvolvidas, estamos reexaminando tudo isso para ver exatamente o desenvolvimento que ela vai ter daqui pra frente.

Então ainda não há uma data prevista para inauguração?

Como nós estamos no início da gestão, o meu compromisso é de iniciar a construção do Centro Judiciário do Ahú, mas nós estamos reexaminando o projeto para ver se o nosso pensamento vai de encontro com o pensamento de gestões anteriores.

O Ministério Público, a magistratura e, recentemente, o Tribunal de Contas aqui do Paraná aprovaram o auxílio-moradia para seus membros. Qual é a posição do senhor diante dos questionamentos que vêm da sociedade, inclusive dos professores, sobre um benefício que é para uma parcela pequena da sociedade e também vem dos recursos públicos?

Você sabe que existe uma Constituição que tem que ser cumprida. Ou a Constituição Federal, ou a Constituição Estadual. Existe um poder supremo que é o Supremo Tribunal Federal (STF). Você sabe também que tem um Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que é o órgão que administra todos os tribunais em alguns momentos, tentando inclusive corrigir alguns equívocos

cometidos. Em razão da Constituição Federal e do estado, em razão de um Supremo Tribunal Federal, que estabelece, que regulamenta e define exatamente o direito de cada um, existe aquele ditado "nós temos que cumprir judicialmente tudo o que é decidido", não tem como discutir. E havendo uma decisão do STF e do CNJ, no sentido de que o magistrado tem esse direito, não há como qualquer tribunal do país agir de forma contrária. Não só nesse caso, mas em qualquer outra decisão. Se o STF decidir que tem que ser de determinada forma, ou então o CNJ decidir também em relação da magistratura, que tem que ter esse comportamento, essa forma de agir, os tribunais tem que cumprir. Então, TJ-PR cumpre exatamente o que foi estabelecido pelo STF e pelo CNJ.

E com relação ao auxílio-moradia retroativo, que também está sendo debatido aqui no estado, há possibilidade de fazer esse pagamento no momento?

Essa questão eu já comuniquei ao presidente da Amapar que foi um requerimento inoportuno, não era o momento de fazer qualquer reivindicação. Nós não estamos nem sequer apreciando mérito nessa solicitação. O momento realmente é de dificuldade do Poder Executivo de repassar valores para o TJ-PR. Por isso eu digo não só para os magistrados, mas também para o representante dos servidores, qualquer reivindicação financeira não será atendida no momento pelo TJ-PR em respeito até uma situação delicada, difícil pelo qual o estado está passando.

CONTINUA

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



"[Com relação ao auxílio-moradia], TJ-PR
cumprirá exatamente o que foi estabelecido pelo
STF e pelo CNJ."

GAZETA DO POVO

Concurso Público

Direito Processual Civil

06 MAR 2015

Cargo: Defensor Público - São Paulo - 2013

Banca: FCC

Sobre recursos e as ações impugnativas autônomas, é correto afirmar:

- a) Pretendendo a mulher rever as cláusulas do divórcio consensual com sentença homologatória já transitada em julgado há três meses, alegando que foi coagida pelo ex-marido a assinar e a ratificar os termos em audiência, a ação a ser proposta será a rescisória.
- b) É passível do agravo interno a decisão do relator que indefere efeito suspensivo em agravo de instrumento tirado contra decisão de primeira instância que defere liminar em ação possessória.
- c) A sentença homologatória da cautelar de justificação está sujeita ao recurso de apelação, que será recebido sem o efeito suspensivo.
- d) Omitindo-se o juiz em sentença sobre questão que deveria ter sido apreciada, poderá o recorrente dispensar os embargos de declaração e oferecer apelação, através da qual o tribunal poderá apreciar e julgar referida questão.
- e) Em caso de sucumbência recíproca, ainda que o autor já tenha oferecido recurso de apelação, poderá recorrer adesivamente na oportunidade de responder a apelação do réu.

O "X" DA QUESTÃO

GUSTAVO NOGUEIRA, professor de direito processual civil do Complexo de Ensino Renato Saraiva - CERS

Alternativa a: Incorreta. A sentença era homologatória, e a causa da insatisfação da mulher foi a coação, o que fazia cabível a ação anulatória do art. 486 do CPC. No mesmo sentido o STJ: AgRg na Pet 9.274/BA, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 07/08/2013, DJe 13/08/2013.

Alternativa b: Incorreta, já que o parágrafo único do art. 527 implicitamente diz não caber agravo interno contra essa decisão, mas tão somente pedido de reconsideração ao próprio relator ou ao colegiado, no momento do julgamento do agravo de instrumento onde o efeito suspensivo foi negado. O STJ compartilha da tese – inclusive – do cabimento de mandado de segurança, já que não cabe agravo interno: RMS 36.982/PB, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 05/12/2013, DJe 17/02/2014.

Alternativa c: Correta. A sentença homologatória da cautelar de justificação está sujeita ao recurso de apelação, que será recebido

sem o efeito suspensivo. Nos termos do inciso IV, do art. 520 do CPC, a apelação interposta contra a sentença que decide o processo cautelar não tem efeito suspensivo. Vale observar que essa sentença, apesar do nome "homologatória" não é a mesma que "homologa" acordo entre as partes e, como tal, não seria passível sequer de apelação, mas ela é chamada de "homologatória" porque o juiz não se pronunciará sobre o mérito da prova, limitando-se a verificar se foram observadas as formalidades legais (parágrafo único do art. 866 do CPC).

Alternativa d: Incorreta, porque em havendo omissão o recurso cabível é mesmo aquele que a questão diz ser dispensável, por opção da parte, os embargos de declaração.

Alternativa e: Incorreta. O recurso adesivo é um recurso, de modo que se o autor já recorreu, não poderá recorrer novamente contra a mesma decisão, em razão do princípio da singularidade ou unicidade recursal ou unirecorribilidade. O STJ assim entende: No sistema recursal brasileiro, vigora o cânone da unicidade ou unirecorribilidade recursal. Desta forma, manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa impede o exame do que tenha sido protocolizado por último. (EDcl no Ag 1318082/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 16/04/2012)

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Foz do Iguaçu sedia evento sobre Direito Processual Civil

Foz do Iguaçu será sede do seminário Direito Processual Civil nos Tribunais Superiores, que ocorre nos dias 13 e 14 de março. O evento está sendo promovido pela Escuela Judicial de America Latina (Ejal) e vai ocorrer no auditório da União Dinâmica das Faculdades Cataratas (UDC). A programação inclui conferências com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, Ricardo Villas Bôas Cueva, Néfi Cordeiro e Sérgio Kukina, que será homenageado pelo evento. Também está confirmada a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Antônio Dias Toffoli. Mais informações e inscrições: <http://>

Seminário trata de alterações geradas pela Lei 12.973/2014

As principais alterações tributárias resultantes da Lei nº 12.973/2014 serão abordadas em um seminário sobre o tema, promovido pela Deloitte Consultoria na próxima terça-feira (10/3), das 9h às 18h. O público alvo são profissionais da área empresarial e do direito tributário. Desde janeiro deste ano, a aplicação dessa norma é obrigatória para todas as empresas que apuram seus tributos pelo lucro real, presumido. Além de levar à extinção do Regime Tributário de Transição (RTT), a nova lei traz alterações nas regras de Tributação em Bases Universais e a obrigatoriedade da entrega da Escrituração Contábil Fiscal – ECF. Informações: susantiago@deloitte.com / (41) 3312-1449.

Sérgio Moro profere palestra sobre lavagem de dinheiro

O juiz federal Sérgio Moro vai falar aos estudantes do Curso Prof. Luiz Carlos na próxima sexta-feira (13/3). A palestra será para uma aula específica da pós-graduação em direito penal e processo penal e terá como tema “Questões controvertidas sobre lavagem de dinheiro”. A aula será das 19h às 20h50. Em seguida, haverá a aula do juiz de Leonardo Bechara Stancioli, que abordará o tema “As organizações criminosas e o tráfico de pessoas à luz do Direito comparado”. As aulas são abertas à comunidade. O ingresso é a doação de um quilo de alimento não perecível ou o pagamento de R\$ 20. Haverá certificado aos participantes. Mais informações pelo site www.luizcarlos.com.br ou pelo telefone (41) 3232-3756.

ABDConst comemora 15 anos com aulas de juristas convidados

A Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) completa 15 anos este ano e dá início às comemorações com dois dias de aulas magnas com juristas convidados. No dia 10/03, os palestrantes convidados são o chefe do Departamento de Direito Comercial da USP, Paula Forgioni, e o doutor em Direito Civil pela USP Flávio Tartuce. No dia 13/03, os convidados são o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, e o professor de Direito Constitucional da UFPR, Clèmerson Merlin Clève. Os eventos são abertos ao público. As inscrições devem ser feitas por e-mail: flavia@abdconst.com.br Informações: (41) 3024-1127 / 3027-1167.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Cartórios promovem casamentos coletivos em Pinhais e Piraquara

Eventos gratuitos facilitam o acesso de residentes dos municípios ao sonho do matrimônio

O dia 14 de março será especial para 96 casais residentes na cidade de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (RMC). Eles se inscreveram para participar do casamento coletivo que será realizado no município nessa data. O evento começará às 19h no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe) da Secretaria de Educação e faz parte das comemorações pelo aniversário de 23 anos da cidade. Em Piraquara, o cartório de registro civil do município, em parceria com a prefeitura e o Poder Judiciário, também realizará o evento. As inscrições terão início no dia 22 de março. No caso de Pinhais, as inscrições para o casamento estão encerradas.

A cerimônia de Pinhais conta com o apoio da prefeitura, Poder Judiciário, Sesc Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR). Todos os casais inscritos residem na cidade, são de diferentes faixas etárias e nenhum deles terá que desembolsar nada para participar da cerimônia. "O casamento coletivo visa dar oportunidade a todas as pessoas que não podem arcar com os custos, é um evento gratuito e um momento de realização para todos os casais", conta Karen Lúcia Cordeiro Andersen, oficial do cartório de Registro Civil de Pinhais.

A cerimônia será realizada pela desembargadora Joeci Camargo, a juíza de paz presente e o prefeito de Pinhais também deve comparecer para prestigiar esse dia especial. A iniciativa é uma demonstração da preocupação dos cartórios em cumprir o seu papel social e apoiar a população.

Muitos desses casais aguardam há anos pela oportunidade de casar oficialmente. O casamento civil é um tipo de união em que o Estado concede direitos e impõe obrigações ao casal. A oficialização da união tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo. "É bom ressaltar a importância do registro civil e o papel dos cartórios na prestação do serviço e no cumprimento de sua função social", explica Karen.

A cidade de Pinhais completa 23 anos no dia 20 de março e a celebração de casamentos comunitários já é tradição dentro das comemorações. O evento está inserido no programa Justiça no Bairro, que busca levar serviços jurídicos diretamente aos bairros, conduzindo o Poder Judiciário até a população mais carente. Desde 2009, foram realizados mais de 600 casamentos em Pinhais.

O programa atende também outras cidades da RMC e a capital. Em dezembro, realizou o casamento de 800 casais na Arena da Baixada. Nesse evento, foram atendidos os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

Para os casais que há tempos sonhavam com a formalização da união, o dia não deve decepcionar. São esperados líderes religiosos, música e um clima de festa para que os noivos possam compartilhar em conjunto esse momento especial.

Serviço

Casamento Comunitário em Piraquara (PR)

Inscrições a partir de 22 de março, na escola municipal Henrique de Souza - Rua Juri Danilenko, 3468, Vila Nova Guarituba. Posteriormente as inscrições podem ser realizadas nas unidades Cras do município.

Casamento Comunitário em Pinhais (PR)

Data: 14/03/2015

Horário: A partir das 19h

Local: Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe) - Avenida Irai, 696, no bairro Weissópolis.

Inscrições encerradas.

GAZETA DO POVO 06 MAR 2015

Os caminhos depois da graduação em direito



Universidade

Paulo Ferracioli, especial para a Gazeta do Povo

Depois da conclusão do curso de direito, as opções são inúmeras para o bacharel. Para muitos, os cinco anos na sala de aula não foram suficientes para sanar as dúvidas: começo a advogar por conta própria? Passo a ser estagiário de pós-graduação? Ou viro assessor de um juiz ou promotor?

Até mesmo no âmbito dos estudos pós-faculdade, também pode haver dúvidas. Fazer um mestrado ou uma especialização? Ou preferir um curso preparatório para concursos?

Para tentar tirar algumas dessas dúvidas, o **Justiça&Direito** traz os caminhos que podem ser seguidos por quem acabou de sair da faculdade.



AQUELES QUE AINDA ESTÃO EM DÚVIDA

Mesmo depois dos cinco anos (no mínimo) de graduação, ainda há aqueles que não fazem ideia do que seguir. Para quem está se sentindo perdido, o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas aconselha que converse com pelo menos três pessoas do mundo jurídico. "Se você não conhece, peça ajuda para um amigo, para um professor. É importante essa troca de experiência para abrir o olhar do formado", explica o professor.

CONTINUA

CONCURSOS PÚBLICOS

Se o concurso é o destino escolhido, assistir a aulas em um curso preparatório é o caminho indicado. Existem opções voltadas para todos os concursos, que englobam as disciplinas previstas em cada edital. Há cursos oferecidos de modo presencial, telepresencial ou online, o que permite que o aluno escolha a maneira que mais lhe agrada.

MAGISTRATURA OU MP. Antes dessa etapa, são necessários três anos de atividade jurídica. Conforme estabelecido pela resolução 75/09 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), isso pode ser alcançado por meio da prática da advocacia ou de emprego que exija preponderante conhecimento jurídico. Mas o professor Vladimir Passos de Freitas diz que a preparação deve ser constante. "É preciso estudar mesmo antes dos três anos, a matéria é grande e o prazo é curto".

DELEGADO. O bacharelado em direito também permite que o graduado preste concursos para delegado. Caso a intenção seja o cargo de delegado federal, é obrigatória a comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial. Essa exigência veio através de medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff em outubro de 2014. Para os cargos de delegado da polícia civil, há estados que exigem esse requisito e outros não.

OUTROS CONCURSOS. O bacharel em direito pode optar por ingressar na administração pública em cargos de analista judiciário, que apresentam alta concorrência. Freitas aponta ainda cargos nas agências reguladoras que são bem remunerados e podem ser um atrativo. "Até mesmo na carreira diplomática, o egresso do curso de direito pode se destacar", ressalta o professor.

EXAME DE ORDEM

A aprovação no Exame de Ordem é requisito para se inscrever na OAB e poder exercer regularmente a advocacia. Desde o nono período ou último ano da faculdade já é possível fazer a prova, que é dividida em duas etapas: a primeira objetiva, com 80 questões, e a segunda discursiva, com uma peça prático-profissional e quatro questões de tema escolhido pelo candidato.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. O advogado recém-formado pode entrar em um escritório já estabelecido. Segundo dados coletados pela empresa de recrutamento Michael Page, a média salarial é de R\$ 2 mil para os advogados júnior, em escritórios de área cível ou trabalhista por exemplo.

DENTRO DE EMPRESA. Um caminho para o graduado em direito é trabalhar no departamento jurídico de empresa. É uma atuação preventiva, em que o advogado estará em constante contato com todos os setores da empresa para tirar dúvidas e aconselhar quanto a melhor medida do ponto de vista legal.

ABRIR O PRÓPRIO ESCRITÓRIO. A vontade de advogar pode ser suprida abrindo a própria banca. Geralmente, os colegas de faculdade podem ser sócios. Mas é preciso estar atento para as despesas e para a imprevisibilidade da remuneração. O convívio com os sócios escolhidos também deve ser pacífico: uma amizade em sala de aula pode não representar um bom convívio profissional.

CONTINUAR OS ESTUDOS

Concluir a graduação em direito não precisa ser sinônimo de parar de estudar ou de só estudar para concursos. Uma opção é dar continuidade à pesquisa que se iniciou com o trabalho de conclusão de curso (TCC). O momento pode ser bom para esse tipo de escolha pois o estudante ainda tem contato recente com professores e colegas da universidade.

ESPECIALIZAÇÃO. Saber qual é a área em que se pretende atuar pode impulsionar o recém-formado a fazer uma pós-graduação lato sensu, que é a especialização. Esses cursos têm focos específicos e fornecem base para lidar quotidianamente com o tema escolhido. As opções passam por cursos em penal e processo penal e civil, mas também há a possibilidade de cursos voltados para ramos mais específicos, como o direito médico e o direito aduaneiro.

Estágio de pós-graduação. Quem cursa uma pós-graduação pode optar por um estágio, desde que haja essa previsão no programa do curso escolhido. No TJ-PR, por exemplo, o estagiário precisa cumprir uma carga de 30 h semanais e recebe bolsa-auxílio de R\$ 1.854,63 e vale-transporte de R\$ 5,70 por dia trabalhado. O MP-PR também aceita estagiários e remunera com bolsa-auxílio de R\$ 1.492,20 e auxílio-transporte mensal de R\$ 114.

MESTRADO. A predileção pela pesquisa e pela vida acadêmica podem levar ao mestrado. "Ele é voltado para quem quer ser professor e não quer se afastar dos estudos teóricos", explica o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas. Os editais para ingresso nos programas de pós-graduação stricto sensu abrem no final do ano e costumam exigir a apresentação de um pré-projeto, a realização de prova escrita e entrevistas para avaliar o perfil dos candidatos.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» DIÁRIOS SECRETOS

TJ anula condenações de Bibinho

Katia Brembatti

■ A 2.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) decidiu nesta quinta-feira (5) anular duas condenações criminais de Abib Miguel, ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Conhecido como Bibinho, ele é acusado pelo Ministério Público (MP) de ser um dos mentores de um esquema de desvio de recursos públicos mostrado pela série Diários Secretos, divulgada pela **Gazeta do Povo** e pela RPC em 2010.

O entendimento de dois dos três desembargadores da 2.^a Câmara Criminal foi de que houve cerceamento de defesa. Na época em que os processos tramitavam na 9.^a Vara Criminal de Curitiba, Eurolino Reis, advogado de Bibinho, pediu adiamento de um depoimento, alegando que tinha uma audiência em outra cidade. A juíza Ângela Regina Ramina Delucca não acatou o pedido e outro defensor foi nomeado para acompanhar o depoimento de Abib — que permaneceu calado, alegando que só falaria na presença de seu advogado. Agora, os processos voltam para a 1.^a instância, para que o ex-diretor seja ouvido. Só aí novas sentenças serão proferidas. Como Bibinho está preso, o processo tem tramitação mais rápida. Em tese, não deve demorar muito para que o caso seja avaliado em primeira e segunda instâncias.

Bibinho havia sido condenado em 2014 em dois processos criminais. Em ambos, ele foi considerado culpado dos crimes de peculato (apropriação de dinheiro público), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A pena estipulada em cada um dos processos foi de 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão, somando quase 38 anos. As sentenças acataram a tese do MP de que o ex-diretor era o mentor de um esquema que envolvia a contratação de redes familiares — Daor Afonso Marins de Oliveira, João Leal de Matos e seus respectivos parentes. Os funcionários não apareciam para trabalhar na Assembleia e o dinheiro dos salários iria parar nas mãos da quadrilha.

Prisão

Por unanimidade, os desembargadores decidiram manter Bibinho na prisão — ele foi detido dezembro, quando o Ministério Público conseguiu convencer o Judiciário de que mesmo sendo réu primário e idoso, ele não deveria ter direito a recorrer das sentenças em liberdade, já que continuaria cometendo crimes. Em novembro de 2014, ele foi flagrado no aeroporto de Brasília no momento em que recebia uma mala com R\$ 70 mil. Como os bens dele estão bloqueados, o dinheiro teria vindo de “laranjas”. Um pedido de soltura está sendo analisado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Câmara aprova a PEC da Bengala

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

Em mais uma derrota para o Palácio do Planalto, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de quarta-feira (4) a Proposta de Emenda à Constituição que eleva de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de tribunais superiores e dos componentes do Tribunal de Contas da União (TCU).

A chamada PEC da Bengala foi aprovada por 318 votos a favor, 131 contra e 10 abstenções. A proposta precisa ainda ser aprovada em segundo turno para ser levada à promulgação.

Contra o projeto, PT, PCdoB e PSol ficaram isolados. O PDT entrou em obstrução e a liderança do governo liberou os partidos da base a votarem livre-

mente. Com a aprovação da PEC, a presidente Dilma Rousseff (PT) deixará de indicar os sucessores dos ministros do STF Celso de Mello, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki e Rosa Weber.

Parlamentares da base alegaram em discurso que a proposta era casuística. “Estão querendo votar a favor não por causa do conteúdo da PEC, mas por causa do conteúdo político para a presidente Dilma não ter o direito de indicar ministros do Supremo”, disse o deputado Silvio Costa (PSC-PE).

Contra a proposta, o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) lembrou que a manutenção da aposentadoria aos 70 anos permitia a oxigenação dos cargos. “Manter os 70 anos permite que se renove os quadros do Judiciário”, defendeu.

O vice-líder do governo, Carlos Zarattini (PT-SP),

concordou com a tese da renovação nos tribunais e argumentou que seria necessário mais tempo de debate. “Isso [a aprovação da PEC] faz com que se reduza a renovação nos tribunais superiores. Essa renovação é importante não apenas para garantir a renovação de pessoas, mas, principalmente, para garantir a renovação de ideias.”

A oposição argumentou que a medida desafogará a previdência dos magistrados e que ela só valerá para tribunais superiores. “Estamos discutindo a manutenção de pessoas que têm capacidade intelectual para continuar contribuindo com a nação”, disse o líder do PSC, André Moura (SE).

CRÍTICA

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta quinta-feira (5) que a proposta não pode ser discutida nem votada sob o argumento de que ajuda ou prejudica futuras indicações para o STF da presidente Dilma Rousseff (PT).

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Diálogo acaba e APP quer “mediador”

Espera-se que a Justiça resolva o impasse entre as duas partes a partir de agora. Enquanto isso, mais de 971 mil alunos continuam sem aulas no Paraná

Catarina Scortecchi,
especial para a Gazeta do Povo

Professores e governo do Paraná chegaram ao maior impasse desde o início da greve, mantida há 26 dias. De um lado, o estado anuncia que atendeu “praticamente todas” as reivindicações da pauta da APP-Sindicato e que a resistência da categoria em favor da greve revela um caráter político da mobilização. Do outro lado, a direção do sindicato alega que não há avanços concretos na maioria dos itens da pauta e acredita que apenas a mediação do Judiciário pode ajudar agora nas negociações. “Precisamos de um fiador. Um mediador de confiança. Queremos entrar em acordo ou não entrar em acordo só perante juízo”, resume Mário Sérgio Ferreira, da assessoria jurídica do sindicato.

A primeira participação da Justiça no impasse até agora acabou frustrada em termos de conciliação. A despeito de um pedido do sindicato na última sexta-feira, o

desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), acolheu os argumentos do governo do estado e determinou, na segunda-feira (2), o fim imediato da greve, sob pena de multa. Até o início da noite desta quinta-feira (5), o sindicato não tinha sido notificado sobre a decisão. “Vamos pedir primeiro uma reconsideração ao próprio desembargador. Mas, se necessário, podemos recorrer até ao STF. A greve dos professores no Rio de Janeiro, por exemplo, foi solucionada com a mediação do ministro Luiz Fux [do STF]. É um instrumento novo, mas não há outra saída”, diz Ferreira.

Para o especialista em Direito Constitucional Egon Bockmann Moreira, a mediação é “perfeitamente viável”, dependendo apenas das peculiaridades do processo e da iniciativa do magistrado. “Em tese, não me parece que haja óbice [impedimento] jurídico. Mas acredito que primeiro o sindicato deveria atender a ordem judicial. Decisão se cumpre”, opina Moreira.

Procurado, o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, não quis dar entrevista. Para o governo estadual, o diálogo com o sindicato está encerrado. Ainda na semana passada, logo após a terceira rodada de negociações, o Executivo enviou uma circular aos núcleos de educação para que os diretores fossem orientados a abrir as escolas. Nesta

quinta-feira, segundo o governo, 36 das mais de 2,1 mil escolas do Paraná estavam funcionando total ou parcialmente — sendo 19 indígenas.

Segundo Ferreira, o sindicato está preparado para perder adesões. “Cerca de 20% deve recuar. É normal em qualquer greve”, comenta. O caráter supostamente partidário da mobilização, contudo, é rechaçado. “Essa é a desculpa de todos. Com o [Roberto] Requião era assim também. Tem sempre esse discurso. Mas isso não é verdade. E não somos golpistas. Respeitamos as urnas”, afirma.

Negociação

Durante as três rodadas de negociação, cerca de 20 itens foram colocados na pauta. Para o sindicato, a maioria não foi atendida de forma concreta (veja no quadro ao lado).

O assessor jurídico da APP cita o exemplo da licença especial de 3 meses, concedida a todo servidor público após 5 anos de serviço. O governo suspendeu o benefício, mas prometeu que ele poderá ser retomado a partir de julho. “Normalmente, uns 3 mil servidores tiram a licença no começo do ano, 5 mil no meio e de 6 a 7 mil no fim. Imagina como será no segundo semestre? Vai acumular e o governo estadual não vai ter como liberar todo mundo. Ou seja, a gente sabe que eles estão mentindo”, diz Ferreira.

CONTINUA

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

ENTENDA

CONTINUAÇÃO

Saiba que reivindicações ainda travam a negociação entre estado e professores e quais já foram atendidas na opinião de ambos os lados:



ONDE HÁ IMPASSE



O que o governo do Estado propôs



O que a APP Sindicato diz

Paraná
Previdência

Projeto de lei que traz mudanças no fundo de previdência dos servidores (unificação dos fundos Previdenciário e Financeiro) será colocado em votação somente após "amplo debate" durante este mês de março.

A discussão sobre o assunto deve durar no mínimo seis meses. Para a categoria dos professores, a possibilidade de mudança na Paraná Previdência é o ponto mais sensível da negociação

Fundo
rotativo

Para compensar a falta de parte das transferências do Fundo Rotativo para as escolas durante o ano de 2014, o governo do Estado se compromete a pagar duas cotas extras. Cada uma no valor de R\$ 4 milhões.

O sindicato alega que precisa ter uma data definida para os pagamentos extras prometidos e espera que as cotas de 2015 sejam depositadas sem atraso.

Terço de
férias

O pagamento atrasado do adicional de férias de professores será feito no dia 31 de março.

No final do ano passado, o governo do Estado anunciou o pagamento do terço das férias integral no mês de janeiro, o que não ocorreu. O sindicato também questiona a ausência de correção inflacionária. Apesar disso, estaria disposto a aceitar a proposta e questionar a correção futuramente.

Licenças
especiais

A atual resolução que suspende temporariamente a concessão de licenças especiais terá validade até o mês de julho de 2015.

A volta da concessão das licenças especiais tem que ser imediata. Caso contrário, haverá um acúmulo de licenças especiais após julho.

Progressões e
promoções

O governo estadual implantará as progressões e promoções pendentes no mês de maio para os funcionários e no mês de junho para os professores. Quanto ao pagamento do passivo, o cronograma será definido a partir do mês de maio.

Em 2014 ninguém recebeu progressões e promoções. O sindicato reforça que o pagamento deve voltar a acontecer neste mês de março. E um cronograma para definição do pagamento dos atrasados também deve ser feito imediatamente.

Turmas e
matrículas

A Secretaria da Educação está cumprindo integralmente a Resolução 4.527/2011, que trata dos procedimentos e análises para a autorização de turmas.

O sindicato acredita que a decisão de unir turmas afetou o ensino e não vê proposta concreta do governo do Estado para resolver o problema.



ONDE HÁ ACORDO



O que o governo do Estado propôs



O que a APP Sindicato diz

Professores
concursados

A Secretaria da Educação já concluiu a maior parte das nomeações dos 5.985 professores aprovados no último concurso. São 4.503 professores já contratados, 1.019 pedagogos cujos processos de nomeação estão sendo concluídos nesta semana e 463 professores que também terão suas nomeações efetivadas nas próximas semanas.

O sindicato aguarda a publicação das nomeações em Diário Oficial, mas considera "excelente" a proposta do governo do Estado.

Profess. PSS

Salários e verbas rescisórias que estavam atrasados foram pagos no dia 24 de fevereiro.

O sindicato confirma os pagamentos

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 MAR 2015

Previdência é ponto de discórdia em negociação com universidades

Antonio Senkovski

A mudança nas regras da Parana Previdência foi o ponto que travou o avanço nas negociações entre governo do estado e sindicatos das universidades estaduais do Paraná. Até o meio da noite desta quinta-feira (5) os representantes dos servidores não sabiam da retirada do projeto de reforma dos fundos da Parana Previdência pelo governo estadual tal qual ele foi apresentado no "pacotão".

Dennys Willian da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Docentes da Unicentro (Adunicentro), diz que não há como ocorrer o encerramento da paralisação se ainda existe o risco de mudanças no fundo previdenciário.

O governo, ainda no âmbito da reunião, se comprometeu a não enviar nenhuma proposta antes de 31 de março. Até lá, uma "ampla discussão" com todos os servidores vai ocorrer para se chegar ao melhor projeto.

Em uma primeira entrevista, Silva havia dito que a interpretação dele era que havia a possibilidade de o governo do estado privatizar o fundo previdenciário. Mais tarde, depois de receber uma ligação do próprio deputado Luiz Cláudio Romanelli, Silva voltou atrás sobre a declaração. "Nós estamos aguardando esse estudo por parte de governo para ter clareza das questões que ele propõe", disse o secretário-geral do Adunicentro em segunda entrevista.

Outro ponto da negociação foi um grupo de trabalho criado via decreto por Beto Richa (PSDB) para discutir uma nova forma de autonomia universitária. Silva explica que os sindicatos pediram para que esse grupo seja extinto. "Não somos contra discutir isso, mas não com a faca no pescoço. Lá na frente, com um cenário econômico favorável, aceitaremos."

O dirigente sindical reforça que o governo sinalizou interesse em promover uma discussão econômica da autonomia. Isso significa que haveria impacto na maneira como recursos financeiros são repassados. Os sindicatos defendem que na hora de debater a autonomia sejam alterados ao mesmo tempo aspectos econômicos, administrativos e pedagógicos.

A greve já fez três universidades suspenderem seus calendários acadêmicos: Unioeste, Unicentro e UEPG. Ainda nesta quinta-feira, UEL, Uenp e um campus da Unespar no Oeste decidiram pela manutenção da greve. Todas as instituições, portanto, continuam paralisadas.

CONTINUA

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Famílias esperam retorno das aulas

Rodrigo Batista

Preocupadas com a falta de aulas, mães de alunos ouviram pela reportagem relataram a apreensão vivida para o retorno às escolas e como lidam com a situação de ainda terem os filhos dentro de casa. Elas dizem que não são contra a greve dos professores, mas querem o retorno das aulas e cobram do governo uma solução mais concreta para o fim do movimento.

A enfermeira Guacyara Santos, 44 anos, moradora de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, paga transporte escolar mesmo sem a filha usar. A garota, Ana Julia Santos, 10 anos, entraria em 2015 no sexto ano do ensino fundamental no Colégio Estadual Ângelo Gusso, em Curitiba. "Não discordo que façam greve, mas tem de pensar até que ponto a reivindicação deles não está prejudicando outras pessoas. A Ana Julia fica em casa, anda de bicicleta, mas quer aula. É o primeiro ano no colégio novo", avalia.

Na opinião da dona de casa Andrea Smiguel, 41 anos, o governo deveria tomar uma atitude mais rápida para resolver o problema dos professores e, dessa forma, facilitar o retorno dos alunos. O filho dela, Marlus Smiguel, 12 anos, estuda no Colégio Estadual de Vila Ajambi, em Almirante Tamandaré. O menino tem dificuldades na aprendizagem. "Eu concordo com a

greve, mas me preocupo com ele porque, na volta, as escolas vão correr para dar conta de tudo e ele pode ficar prejudicado", afirma. Para passar o tempo, o filho joga futebol e anda de bicicleta com amigos

A comerciante Andrea Moreira, 36 anos, está indignada com a demora da volta às aulas. "Já ouvi dizer que não vai ter férias de julho e as aulas serão também no sábado. Os estudos estão atrasados", diz. Mãe da jovem Kerylyn Ukoski, 17 anos, ela acredita que o governo do estado tem "pisado na bola" com os professores. "Como eles vão trabalhar de graça?", diz, sobre a dívida do terço de férias.

Mais de 971 mil alunos já matriculados na rede estadual estão sem aulas.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

PR desiste da proposta de mexer na previdência prevista no “pacotaço”

Segundo a Fazenda, grupo de estudos está elaborando um novo projeto para resolver a questão sobre a Paranaprevidência

Clício Marés

O governo do estado descartou a proposta de unificar os fundos Financeiro e Previdenciário da Paranaprevidência, uma das medidas previstas no “pacotaço” de austeridade enviado à Assembleia Legislativa no mês passado. A informação foi confirmada nesta quinta-feira (5) pela assessoria de imprensa da Secretaria Estadual da Fazenda. No mesmo dia, vieram a público dois pareceres do governo federal — um do Ministério da Previdência Social e outro da Advocacia-Geral da União (AGU) — considerando que a fusão dos fundos é ilegal.

De acordo com a secretaria, um grupo de estudos está elaborando uma nova proposta para resolver a questão. Uma das medidas seria voltar atrás na reforma da Paranaprevidência aprovada em 2012, que jogou as aposentadorias anteriores a 2004 no Fundo Financeiro, que é deficitário. Na quarta-feira (4), o secretário estadu-

al da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, declarou que a decisão de reestruturar o plano de custeio, tomada no primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB), havia sido um “erro”. Na prática, a nova proposta implicaria a revogação da reforma de 2012 — o que faria com que a Paranaprevidência voltasse aos seus moldes originais de quando foi criada.

Pareceres

A confirmação da desistência da proposta prevista no pacotaço foi confirmada no mesmo dia em que foi divulgado que um parecer do Ministério da Previdência, emitido em 3 de março, concluiu que o projeto apresentado pelo governo paranaense “descumpra as normas gerais” dos Regimes Próprios de Previdência Social e “não assegura o equilíbrio financeiro e atuarial” da previdência. O documento destaca ainda que o governo do Paraná não apresentou o projeto para avaliação do ministério — o que seria uma obrigação.

A pasta lembra também que dois estados aprovaram medida similar — Minas Gerais, em 2013, e Rio Grande do Norte, em 2014. Segundo o parecer, os fundos de previdência dos dois estados tiveram seus Certificados de Regularidade Previdenciária cassados.

O documento diz ainda que, no caso de Minas, o valor dos fundos, de R\$ 3,3 bilhões, foi reduzido “a uma pequena parcela”.

Já a AGU entendeu, em parecer emitido no dia 4, que a adoção de um regime de capitalização é a única maneira possível de atender, ao mesmo tempo, ao equilíbrio financeiro e atuarial de um Regime Próprio de Previdência Social. Esse regime pressupõe a existência de um fundo previdenciário. Logo, ao extingui-lo, o Paraná estaria “atentando contra os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade”. Os pareceres do ministério e da AGU foram elaborados após solicitação de deputados federais paranaenses do PT, PCdoB, PMDB e PTN, além dos senadores Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT).

Entenda o caso

A Paranaprevidência tem dois fundos: o Financeiro, que custeia aposentadorias anteriores a 2004, e o Previdenciário. O primeiro tem um déficit mensal de R\$ 250 milhões, coberto pelo Tesouro, enquanto o segundo é superavitário (tem R\$ 8 bilhões em caixa). Com a unificação dos fundos, o estado não precisaria aportar os R\$ 250 milhões por mês. Mas a poupança de R\$ 8 bilhões para pagar as futuras aposentadorias poderia ser rapidamente consumida.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Paulo Bernardo não aparece em depoimento

Christian Rizzi/Gazeta do Povo



Fim do mistério: Paulo Bernardo está em Brasília, junto com Gleisi.

Kelli Kadanus e Katna Baran

O depoimento à Justiça Federal do ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, que estava marcado para esta quinta-feira (5) às 11 horas, foi adiado. Bernardo não foi localizado a tempo para ser intimado e uma nova data para a oitiva deve

ser marcada em breve.

Paulo Bernardo foi arrolado como testemunha de defesa do presidente da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa, num dos processos resultantes da Operação Lava Jato.

Nos autos da audiência, consta que Juliano Breda, presidente da seccional pa-

ranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), entrou em contato com a 13.^a Vara Federal de Curitiba e informou, na condição de amigo do ex-ministro, que Bernardo reside atualmente no apartamento funcional da mulher do ex-ministro, a senadora Gleisi Hoffmann (PT), em Brasília. Assim, o ex-ministro deverá depor por videoconferência.

Outros depoimentos

Nesta quinta-feira (5), outras seis testemunhas arroladas pelo executivo da Camargo Corrêa João Auler, também investigado na Lava Jato, foram ouvidas na Justiça Federal de Curitiba.

O Ministério Público Federal (MPF) também ouviu quatro testemunhas arroladas no processo da Lava Jato contra executivos da Galvão Engenharia. Entre as testemunhas estava Shinko Nakandakari, apontado como operador do PT na Diretoria de Serviços da Petrobras. Ele fez acordo de delação premiada com o MPF.

Justiça federal afasta reitor do IFPR do cargo

Naiady Piva

A 11.ª Vara Federal de Curitiba determinou a suspensão imediata de Irineu Colombo do cargo de reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Além disso, a instituição deve adotar as providências necessárias para “imediata convocação do processo eleitoral”. A decisão da juíza Silvia Regina Salau Brollo é da última terça-feira (3) e foi divulgada nesta quinta-feira (5) pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (Sindiedutec). Cabe recurso.

A ação foi ajuizada como ação popular pelo professor Frederico Fonseca da Silva, que alega prorrogação indevida do mandato. Isso porque o decreto 6.986/09, que criou os institutos federais, determina mandato de três anos para a reitoria. Quando Colombo assumiu no lugar do ex-reitor Alípio Santos Leal Neto, que renunciou em janeiro de 2011, o Ministério da Educação (MEC) teria determinado mandato de quatro anos de forma indevida. No entendimento da Justiça, o mandato é ilegal desde 1.º de maio de 2014.

Esse afastamento nada tem a ver com os cinco meses em que Irineu Colombo esteve fora do cargo, entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, durante as investigações da Operação Sinaapse, da Polícia Federal (PF), que apuraram desvio de dinheiro público no setor de ensino à distância do IFPR. À época, o MEC nomeou como interventor Jesué Graciliano, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Luto Curitiba está sujeita a multa por vender planos funerários

Felipe Vanini,

especial para a Gazeta do Povo

A Luto Curitiba, empresa de planos funerários, está sujeita a uma multa diária de R\$ 1 mil por descumprimento de uma decisão judicial que previa a suspensão da venda de seus serviços. Ela não tem alvará para operar em Curitiba.

A decisão é do juiz Marcos Vinicius Christo, da Primeira Vara de Fazenda Pública, que acatou a ação proposta pelo Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Paraná (Sesfepar), representante das 26 empresas autorizadas pela prefeitura de Curitiba a prestar assistência-funeral.

Em maio de 2014, outra ação julgada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) já havia condenado a empresa a anular os contratos existentes, de cerca de 150 mil clientes de Curitiba e região.

Segundo Lucyanna Lima Lopes, advogada da Sesfepar, mesmo com a decisão de 2014 a Luto Curitiba imprimiu material publicitário no qual afirmava que continuava vendendo o serviço.

O advogado da Luto Brasil, Julio Cesar Brotto, do escritório de René Dotti, afirma que a empresa deixou de vender os contratos que incluíam os serviços funerários a partir de 2010. “O que havia nos contratos em questão era uma redação muito infeliz que dava a entender que prestávamos serviços funerários, o que não fazemos. Mas esses contratos já foram anulados”, afirma.

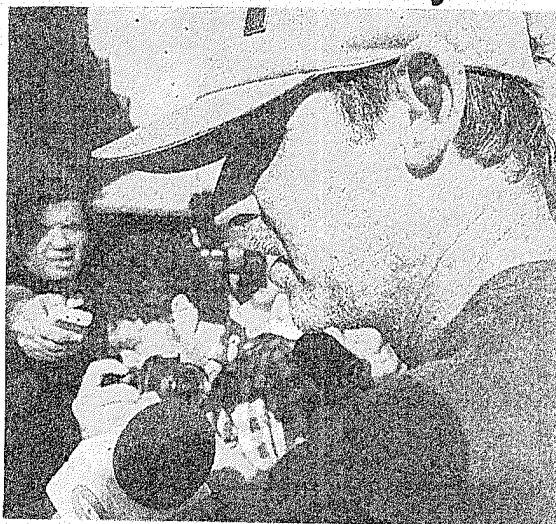
De acordo com Brotto, a empresa nunca foi impedida de continuar a operar e sofre represálias por oferecer serviços vantajosos.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Nova condenação



O ex-prefeito de Realeza **Eduardo André Gaievski (foto)**, que foi assessor da Casa Civil na época em que Gleisi Hoffmann (PT) era titular da pasta, foi condenado, pela quinta vez por estupro de vulnerável. A sentença de 12 anos, 10 meses e sete dias foi proferida pelo juiz Luiz Fernando Montini, da comarca de Realeza. Desta vez, o caso é de uma vítima que teria sido abusada quatro vezes pelo ex-prefeito. Montini é o quarto magistrado que condena Gaievski pelas mesmas práticas de crime. Juntas, as cinco sentenças contra o ex-prefeito já somam 66 anos e cinco meses de reclusão. Gaievski está preso em Barracão, no Sudoeste do Paraná.

Outro lado

O advogado do réu, Samir Mattar Assad, disse que ainda não foi notificado da nova condenação e que, assim como nas demais, pretende recorrer. O Ministério Público também recorreu de algumas condenações por considerar as penas baixas. Assad afirmou que resta apenas um interrogatório em Realeza e diz acreditar ser possível reverter a condenação em instâncias superiores.

É muita gente

No total, 87.419 paranaenses correm o risco de ter seu título de eleitor cancelado. O motivo é que eles não votaram nem justificaram nas três últimas eleições. O eleitor que quiser regularizar a pendência tem que ir a um fórum ou cartório eleitoral até o dia 4 de maio levando seu título, documento com foto e comprovante de votação ou justificativa.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Audidores vão para prisão por enriquecimento

| Fabio Calsavara, do JI.

O Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu nesta quinta-feira 50 mandados de busca e apreensão na operação que investiga funcionários da Receita Estadual de Londrina por enriquecimento ilícito, improbidade e sonegação fiscal. Oito pessoas estão presas. Trinta mandados foram cumpridos em Londrina. Há mandados também em Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Arapongas, Alvorada do Sul, Apucarana e Porecatu, na região Norte do Paraná.

Diversos computadores e documentos foram levados ao Gaeco para análises. Entre eles, o aparelho de Orlando Aranda, fiscal da Receita Estadual, preso na terça-feira (3). "O objetivo é apreender o máximo de documentos possíveis para verificar uma supos-

ta rede criminoso que usava empresas para aparentar uma legalidade de enriquecimento", explica o promotor de Defesa do Patrimônio Público Renato Lima Castro.

Além servidores da Receita Estadual já presos pelo Gaeco (no caso de favorecimento à prostituição), outros fiscais, auditores e ex-delegados do órgão são investigados no suposto esquema de enriquecimento ilícito que, na maioria das vezes, se valia de propina.

O Gaeco apreendeu documentos na residência de um ex-delegado da RE em Londrina, que atualmente é auditor do órgão em Curitiba. A mulher dele também seria funcionária da Receita Estadual.

"Muitas vezes são agentes que passam a acumular um patrimônio incompatível com a sua renda. Esse é foco da investigação", reforça a promotora Leila Schimidt. Segundo ela, os agentes investigados mantinham empresas em nomes de "laranjas". "Muitas dessas empresas não têm, necessariamente, uma relação direta com os fatos investigados."

O INÍCIO

As apreensões desta quinta-feira em Londrina são um desdobramento do caso de favorecimento à prostituição em que três servidores da Receita Estadual foram presos. O primeiro dele, o auditor Luiz Antonio de Souza, foi preso em flagrante em janeiro num motel com uma adolescente. Com ele a polícia encontrou R\$ 20 mil em dinheiro. Segundo o promotor Renato de Lima Castro, apesar das investigações recentes sobre o esquema de enriquecimento, o Ministério Público usou informações que detinha há algum tempo.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Procurador-geral exclui Dilma do caso da Lava Jato

Presidente havia sido citada nas investigações, mas Rodrigo Janot não viu indícios suficientes contra a presidente

BRASÍLIA

Das agências

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que exclua a presidente Dilma Rousseff (PT) da lista de possíveis investigados por suspeita de participação no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. Janot entendeu que as menções a Dilma nos depoimentos de envolvidos na Lava Jato são insuficientes para abrir investigação contra a presidente. A avaliação inicial foi de que as citações seriam apenas referências ao nome da petista, sem um envolvimento direto nos fatos.

Não se sabe, porém, se Janot pediu para o STF arquivar o caso de Dilma ou se ela nem consta dos nomes citados nos pedidos de abertura de inquérito no Supremo. Os 28 pedidos de inquérito proto-

colados no STF, nos quais são listados 54 nomes, e os sete de arquivamento permanecem sob sigilo. A expectativa é de que o ministro relator do caso no Supremo, Teori Zavascki, derrube o sigilo nesta sexta-feira (6) e revele os nomes dos políticos envolvidos no caso.

A menção ao nome de Dilma na lista negra da Operação Lava Jato foi recebida com surpresa no Palácio do Planalto. Interlocutores da presidente afirmam que “jamais alguém pensou que isso pudesse acontecer”. O Planalto avalia que a citação pode ter ocorrido em função de reportagem da revista *Veja*, publicada em outubro, que informou que o doleiro Alberto Youssef teria citado a presidente em depoimento da delação premiada. A fonte considerou a menção a Dilma na lista negra como “absurda”.

Aécio

O procurador Rodrigo Janot também requisitou ao STF o arquivamento do pedido de investigação do principal adversário de Dilma na eleição do ano passado: o senador Aécio Neves (PSDB-MG). O entendimento de Janot foi de que a citação a Aécio se refere a fatos antigos, da década de 90,

que não têm relação com o esquema de desvios de recursos da Petrobras.

Em um dos depoimentos da delação premiada, o doleiro Alberto Youssef disse que soube que Aécio recebeu dinheiro desviado de Furnas Centrais Elétricas no período em que era deputado federal. O relato da propina chegou a Youssef por intermédio do ex-deputado José Janene (PP-PR), já morto. Janene é apontado como um dos chefes dos desvios de dinheiro em contratos da diretoria de Abastecimento da Petrobras.

“Não tinha conhecimento [da citação], mas recebo como uma homenagem o arquivamento”, disse Aécio. “Houve uma tentativa de envolver a oposição. E, se o procurador concluiu que não houve nada, ele tem a última palavra.”

**JANOT VEM
A CURITIBA**

Após entregar ao STF os pedidos de abertura de inquérito, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vai viajar para Curitiba na semana que vem. A cidade concentra as investigações da Operação Lava Jato.

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Moro autoriza que ministro e outras 5 autoridades sejam testemunhas

O juiz federal Sérgio Moro autorizou nesta quinta-feira (5) o depoimento de seis agentes políticos indicados pela defesa do presidente da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa, na ação penal da

Lava Jato que corre na Justiça Federal de Curitiba. Foram arrolados o ministro da Defesa, Jacques Wagner; os deputados federais Jorge Tadeu Mudalen (DEM), Arlindo Chinaglia (PT), Paulinho da Força (SD) e Jutahy Magalhães Júnior (PSDB); e o secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Arnaldo Jardim.

Apesar de ter autorizado os depoimentos, no despacho Moro criticou a intimação das autoridades. "A oitiva (...) é sempre demorada e difícil (...). Além disso, tais agentes públicos servem à comunidade e não se afigura correto dispender o seu tempo, além do desse juízo, ouvindo-os sem que haja real necessidade", diz um trecho da decisão. (KK)

TRE cassa mandato do governador de Rondônia

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia cassou os mandatos do governador Con-

fúcio Moura (PMDB) e de seu vice, Daniel Pereira (PSB), na manhã desta quinta-feira (5). Cabe recurso. Por quatro votos favoráveis e três contrários, os juízes acataram denúncia da coligação do candidato Expedito Júnior (PSDB), derrotado no segun-

do turno por Moura em 2014. A assessoria do governo disse que só vai se pronunciar após a notificação. Na ação de investigação, Confúcio foi acusado de abuso de poder econômico por distribuir almoço e refrigerantes em uma convenção do PMDB.

Dilma vai aguardar para indicar ministro do STF

A presidente Dilma Rousseff (PT) decidiu esperar um momento de menos turbulência política para indicar o novo mi-

nistro do Supremo Tribunal Federal (STF). Diante do clima de confronto criado com a lista de políticos suspeitos de envolvimento na Lava Jato e com a perspectiva de sofrer nova derrota, caso o nome passasse agora por sabatina no Senado,

Dilma resolveu segurar mais um pouco a indicação. Na lista dos cotados para substituir o ex-ministro do Supremo Joaquim Barbosa estão o jurista Clèmerson Merlin Clève, professor titular da Universidade Federal do Paraná, e o tributarista Heleno Torres.

COLUNA DO LEITOR

Analistas judiciários

Faltam analistas judiciários no Tribunal de Justiça do Paraná (*Gazeta*, 5/3), mas não faltam altos salários e inúmeros auxílios para juízes e desembargadores. O que falta é a gestão correta dos recursos nesse país.

Leonardo Barbaski

06 MAR 2015

GAZETA DO POVO

MP cumpre 50 mandados de busca e apreensão

Para investigar o suposto esquema de corrupção, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público Estadual (MP), cumpriu nesta quinta-feira (5) 50 mandados de busca e apreensão. Dos 50 mandados, 30 foram cumpridos em Londrina, três deles na sede da Receita Estadual. Os demais foram em Curitiba, Rolândia, Bela Vista do Paraíso, Arapongas, Apucarana, Porecatu e Alvorada do Sul.

A 2.ª Vara de Fazenda Pública de Londrina decretou o bloqueio de bens de mais de 40 pessoas, em um limite de até R\$ 10 milhões por pessoa, e quebrou o sigilo bancário e fiscal delas. Oito pessoas foram presas.

Diversos computadores e documentos foram encaminhados à sede do Gaeco para serem analisados. Entre eles, o aparelho de Orlando Aranda, fiscal da Receita Estadual preso pelo Gaeco na última terça-feira. De acordo com o promotor de Defesa do Patrimônio Público Renato de Lima Castro, os mandados foram cumpridos em residências e empresas da região. "O objetivo desta operação é

apreender o máximo de documentos possíveis para verificar uma suposta rede criminosa que utilizava uma sucessão de empresas para aparentar uma legalidade de enriquecimento."

Castro afirma que além de servidores da Receita Estadual já presos pelo Gaeco — no caso de favorecimento à prostituição — outros fiscais, auditores e até ex-delegados do órgão são investigados no suposto esquema de enriquecimento ilícito.

O Gaeco apreendeu ainda diversos documentos na residência de um ex-delegado da Receita em Londrina que, hoje, é auditor em Curitiba.

"Muitas vezes são agentes que passam a acumular um patrimônio incompatível com a sua renda. Esse é o foco da investigação", afirmou a promotora Leila Shimiti Voltarelli.

EMPRESAS DE "LARANJAS"

Sem detalhar os mecanismos do esquema, a promotora Leila Shimiti Voltarelli disse que os agentes públicos investigados pelo Ministério Público mantinham empresas em nomes de "laranjas". "É importante dizer que muitas dessas empresas não têm, necessariamente, uma relação direta com os fatos investigados."

Barusco e Duque voltam a ser citados em depoimentos à Justiça Federal

O advogado do doleiro Alberto Youssef, Antonio Figueiredo Basto, disse nesta quinta-feira (5) que o ex-gerente de Serviços da Petrobras Pedro Barusco e o ex-diretor de Serviços da estatal Renato Duque foram citados diversas vezes nos depoimentos prestados na sede da Justiça Federal em Curitiba. Basto acompanhou as oitivas referentes ao processo criminal da Operação Lava Jato contra executivos da Galvão Engenharia.

Entre as testemunhas está o engenheiro Shinko Nakandakari, apontado como operador do PT dentro da Diretoria de Serviços da Petrobras, gerenciada por Duque. Shinko fez acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, portanto, teve de responder tudo o que foi questionado. O depoimento durou cerca de três horas.

Outro depoente arrolado no processo é o presidente da empresa Estaleiros do Brasil, que faz parte do grupo Toyo Setal, Maurício Godoy. Basto não confirmou detalhes dos depoimentos, mas afirmou que Barusco e Duque "foram citados várias vezes". (KB e KK)

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Educadores ignoram liminar do TJ-PR e mantêm greve

Apenas 36 dos 2,1 mil colégios estaduais do Paraná funcionaram ontem. APP diz que não foi notificada

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de considerar ilegal a greve dos professores da rede pública estadual não freou a mobilização da categoria. Segundo levantamento da Secretaria de Estado da Educação (Seed), apenas 36 das 2,1 mil escolas do Estado tiveram aulas ontem, o que corresponde a 1,7%. Nenhuma delas fica em Londrina. Em Curitiba, o Colégio da Polícia Militar foi o único a abrir. Até o fechamento desta edição, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) mantinha o posicionamento de não ter sido notificado da decisão.

Conforme o despacho, assinado pelo desembargador Luiz Mateus de Lima, a multa diária para caso de descumprimento da liminar é de R\$ 20 mil. Os grevistas também estão impedidos de bloquear o acesso dos servidores que queiram trabalhar

às dependências dos órgãos públicos. O chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, chegou a afirmar que o uso de força policial não está descartado. Ontem, a pasta informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que aguardava o cumprimento da determinação e que, por enquanto, não adotaria nenhuma outra medida para forçar o início do ano letivo.

Em assembleia geral realizada na quarta-feira, na Vila Capanema, na Capital, mais de 20 mil educadores votaram pela continuidade da paralisação, que hoje entra em seu 26º dia. No total, 970 mil estudantes estão sem aulas. Em nota, a APP disse lamentar a postura "de um governo que se nega ao diálogo" com os trabalhadores e "recorre a outros poderes para tentar pôr fim a uma manifestação legítima, que conta com o apoio incondicional da população".

De acordo com o secretário de comunicação da entidade, Luiz Fernando Rodrigues, a sede da APP sequer

reabriu ontem. "O pessoal trabalhou o dia todo ontem (anteontem) e, por isso, decidimos dar o recesso", justificou. Ele lembrou que os dirigentes já solicitaram ao TJ-PR que marque uma audiência de conciliação da categoria com o governo. A intenção é reabrir as negociações e, mediante uma nova proposta, marcar outra assembleia. Hoje, os professores devem se reunir em atos simultâneos em frente aos Núcleos Regionais de Educação (NREs), como forma de pressionar o Executivo e também de reforçar o diálogo com a comunidade.

CONTINUA

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

REIVINDICAÇÕES

Entre os pontos pendentes da pauta, segundo os docentes, estão o compromisso de não recolocar o projeto que mexe no Parana Previdência em votação na Assembleia Legislativa (AL) ou qualquer outro que suprima direitos dos servidores, a constituição de um grupo de trabalho para acompanhamento da evolução das finanças do Estado, integrado pela APE, o pagamento de R\$ 100 milhões de benefícios em atraso e a nomeação de funcionários aprovados em concurso.

O governo, por outro lado, argumenta que esgotou a pauta de reivindicações e atribui a continuidade da greve a um movimento político. Conforme a administração estadual, todos os salários e verbas rescisórias dos professores foram pagos no dia 24 de fevereiro. Já o adicional de férias deve ser quitado até 31 de março. A gestão Beto Richa (PSDB) diz ainda que concedeu reajuste acumulado de 60% nos salários dos docentes nos últimos quatro anos.

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Justiça em xeque

O Tribunal de Justiça do Paraná decidiu em liminar que a greve dos mestres é abusiva e pede o seu encerramento num momento em que aumentam os "furos" ao movimento pela percepção de que transbordou e passa a caracterizar-se como ato de desobediência civil já detectado anteriormente na invasão legislativa. Por mais que se justificasse a rebeldia nos atos confusos e até apalermados do governo, expressos na tirania do pacote, todos os limites da tolerância foram amplamente superados na renovação de pleitos que não constavam da pauta original das reivindicações na base de um casuísmo generalizado.

Cabe agora ao Judiciário estar à altura do momento nacionalmente vivido pela instituição, tanto no mensalão quanto agora na Operação Lava Jato, e obrigar o cumprimento de sua decisão mesmo que a rebeldia esteja viva e estuante como naquela assembleia gigantesca no Estádio Durival de Brito e Silva. Se não o fizer, não estará cumprindo seus deveres essenciais pela manutenção da ordem e do Estado de Direito Democrático afrontado por manifestações que são típicas do assembleísmo e do democratismo e que fazem lembrar reflexões de Karl Marx sobre "o esquerdismo como doença infantil do comunismo".

Ao governo cabe o papel agora de penitente pelos seus desregramentos e que deram origem e sustentação à greve e reflita melhor sobre o ajuste fiscal nas operações internas, que não podem alimentar a hidra crescente dos custos, fazer o exercício da autocrítica e ir criando na sociedade um clima de confiança na resposta aos sacrifícios vividos por todos. É um ato de humildade e grandeza reconhecer que errou, especialmente na questão previdenciária, e propor uma saída que não puna aqueles que nada contribuíram para o caos atual, a massa espoliada dos servidores públicos que paga direitinho a sua contribuição enquanto, ao longo do tempo, o governo não o faz e isso, convenhamos, desde o primeiro fundo de pensão, o Instituto de Previdência do Estado (IPE) que pelo menos funcionava num item: o da assistência médico-hospitalar - ora inexistente - e que operava rigorosamente como um salário indireto.

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Democracia amadurece com fim do 'tratoração'

A primeira grande vitória da mobilização dos professores e funcionários das escolas estaduais do Paraná, em greve há quase 30 dias, aconteceu na tarde de quarta-feira, quando a Assembleia Legislativa (AL) aprovou, em primeiro turno, o projeto de resolução 1/2015, acabando com o sistema de votação em Comissão Geral, conhecido como "tratoração". Embora tenha passado despercebido por muitos, é bastante significativa a derrubada desse artifício no dia em que os servidores da educação realizaram a maior assembleia de sua história, com cerca de 20 mil pessoas lotando as arquibancadas do estádio do Paraná na Vila Capanema, em Curitiba.

O "tratoração" é a manobra que acelera a tramitação de mensagens na Assembleia Legislativa. Ela não é novidade e já foi usada em vários momentos, por outros líderes da Casa. A Comissão Geral permite a apreciação de projetos em um dia apenas, sem realização prévia de debates nas comissões específicas. Esse mecanismo seria usado para uma provável aprovação do "pacote de austeridade", do governo do Estado, no dia 12 de fevereiro, caso docentes e integrantes dos movimentos sociais não tivessem ocupado o pátio da AL, impedindo a votação.

Antes de ser sancionado pelo governador Beto Richa (PSDB), o projeto deve passar por mais duas votações na Casa, na semana que vem. Dificilmente a proposta será rejeitada, pois depois do protesto de fevereiro, tanto a bancada da situação quanto da oposição apresentaram projetos parecidos revogando a Comissão Geral do Regimento Interno da AL.

Espera-se que o projeto passe sem problemas pelas próximas votações. O fim da Comissão Geral é sinal que a democracia avança, apesar de ainda ter muito que amadurecer no Brasil. Em um regime político democrático não é possível considerar a aprovação de leis sem que ao menos os representantes do Legislativo tenham tempo e condições de analisar, discutir e levar as propostas para conhecimento da sociedade.

E as mudanças no Regimento Interno da AL não podem parar com a extinção da Comissão Geral. Há pelo menos 15 anos não há grandes alterações e no ano passado um projeto de resolução nesse sentido foi elaborado, mas acabou engavetado. Entre as medidas que estão sendo reivindicadas está o fim da reeleição para a Mesa Executiva e a redução do número de cargos da Mesa - medida que seria bem recebida nesse momento de grave crise financeira do Estado.

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Paulo Bernardo não é encontrado e Justiça adia depoimento

*Oficial de Justiça
não conseguiu
fazer intimação
de ex-ministro*

Felipe Bächtold
Folhapress

Curitiba - O ex-ministro Paulo Bernardo não foi encontrado por oficiais da Justiça Federal do Paraná e um depoimento dele que tinha sido marcado para a manhã de ontem acabou adiado. Paulo Bernardo foi arrolado como testemunha pela defesa de Ricardo Pessoa, presidente da empreiteira UTC que está preso em Curitiba e é réu em um dos processos envolvendo a Operação Lava Jato. Um oficial de Justiça tentou intimar Bernardo na semana passada em um prédio residencial na capital paranaense, mas um funcionário do condomínio informou que ele não mora mais no local. A defesa de Pessoa informou então à Justiça Federal que iria contatar a direção do PT em São Paulo para obter o endereço correto. E afirmou que "informações de redes sociais" apontam

que ele se mudou para o interior paulista. Até ontem, no entanto, o ex-ministro não foi localizado. O petista, que é marido da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi ministro do Planejamento nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e comandou a pasta das comunicações até dezembro, no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

06 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Prefeita tem bens bloqueados

A Justiça de Laranjeiras do Sul (Centro Sul) determinou a indisponibilidade de bens da prefeita da cidade, Sirlene Svartz (PPS) e de outras 14 pessoas acusadas de ato de improbidade administrativa. A liminar atende pedido formulado pelo Ministério Público (MP) do Paraná, por meio de ação civil pública, ajuizada na última terça-feira. Na decisão, o valor do bloqueio é fixado no montante suficiente para o ressarcimento integral dos supostos danos causados ao erário, estimados, inicialmente, em R\$ 300 mil. As irregularidades teriam ocorrido durante os procedimentos da reforma do antigo Fórum de Laranjeiras do Sul, para permitir a instalação do novo Paço Municipal. Os requeridos teriam praticado os crimes de direcionamento de certame licitatório, superfaturamento e pagamentos indevidos, na contratação de uma empresa de construção civil.

06 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

LIMINAR NÃO ABRE ESCOLA

Sindicato dos professores diz que não foi notificado da decisão e greve continua

Giselle Ulbrich
giselle@tribunadoparana.com.br

Mesmo com a liminar obtida pelo governo estadual na última quarta-feira, obrigando todos os professores da rede estadual de ensino a encerrarem a greve e voltarem às salas de aula, a categoria continua com a paralisação. A APP-Sindicato, que representa a categoria, informou que, até o fim da tarde de ontem, não tinha sido notificada oficialmente da liminar. Com isto, fica valendo o que foi decidido na assembleia realizada na última quarta, no estádio da Vila Capanema, quando cerca de 20 mil trabalhadores votaram pela continuidade da greve.

Na liminar, o desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná, determina o pagamento de multa diária de R\$ 20 mil pela APP-Sindicato, no caso do descumprimento. O juiz também autoriza o uso de força policial, se necessário, para que as aulas voltem ao normal.

Ontem, 36 escolas no Paraná reiniciaram o atendimento aos alunos total ou parcialmente. Em Curitiba, porém, apenas o Colégio da Polícia Militar reiniciou as aulas. A Escola Nossa Senhora de Salete, na capital, que havia reaberto no início da semana, voltou a ficar fechada nos últimos dois dias.

Com a paralisação, que já dura 26 dias, há o temor de que estudantes do terceiro ano do Ensino Médio não consigam concluir os estudos em tempo para o vestibular. No último sábado, a Justiça já tinha emitido liminar, obrigando que apenas os professores destas turmas específicas voltassem às aulas. No entanto, a categoria continuou 100% paralisada.

~~PREVIDÊNCIA~~

Pareceres do Ministério da Previdência Social e da Advocacia-Geral da União (AGU) podem colocar a última pá de cal na união dos fundos financeiro e previdenciário da ParanaPrevidência. Segundo os órgãos, a fusão seria ilegal. O governo do estado chegou a apresentar projeto que extinguiu o fundo previdenciário e colocava seus recursos no financeiro, no contexto do "pacotão", mas retirou após forte pressão contrária dos servidores. Os dois pareceres foram elaborados após solicitação de deputados federais paranaenses e dos senadores Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT). (Chico Marés)

06 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça localiza Paulo Bernardo em Brasília

A Justiça Federal foi informada pelo advogado Juliano Breda de que o ex-ministro Paulo Bernardo mora atualmente no apartamento funcional de Brasília de sua esposa, a senadora Gleisi Hoffmann (PT). Bernardo deveria ter sido ouvido ontem pela Justiça, mas, como não foi localizado, figurou como ausente na audi-

ência. As informações são do Valor Econômico.

A defesa de Ricardo Pessoa (ex-presidente UTC) informou que tentava localizar o endereço do ex-ministro, que se mudou recentemente de seu apartamento de Curitiba, e chegou a afirmar à Justiça que ele poderia ter mudado para Ribeirão Preto (no interior de São Paulo). ●

Professores permanecem parados, mesmo com multa



Mesmo após a decisão da Justiça que determinou a volta imediata

dos professores e funcionários das escolas públicas estaduais ao trabalho, a quinta-feira (5) começou sem aulas nas escolas do estado. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), Hermes Leão, informou que ainda não foi notificado oficialmente da decisão, mas reiterou que irá recorrer. Os professores e funcionários de escolas estaduais es-

tão parados desde o dia 9 de fevereiro e mais de 950 mil alunos estão sem aula.

A decisão foi proferida pelo desembargador Luiz Mateus de Lima, que acautou um pedido do governo do Paraná, exigindo o fim da paralisação. Em caso de descumprimento, a categoria está sujeita a multa diária de R\$ 20 mil. "Por enquanto, a nossa orientação é para que todos permaneçam na greve mesmo que a gente tenha que arcar com uma parte das multas", argumentou Hermes Leão. ●

Caso Vargas com Moro

O ex-deputado André Vargas (ex-PT) não deve aparecer entre os investigados no STF. Como teve o mandato cassado em dezembro e perdeu o direito a foro privilegiado, o inquérito da Lava Jato que cita seu envolvimento no esquema voltou à 13ª Vara Federal de Curitiba, aos cuidados do juiz Sérgio Moro.

Títulos cancelados

De acordo com a legislação eleitoral, 87.419 eleitores paranaenses que não votaram e não justificaram a ausência nas três últimas eleições podem ter o seu título de eleitor cancelado. Desse total, 15.188 são eleitores de Curitiba. Para regularizar a situação, quem se encontrar nessa situação deve comparecer a qualquer fórum ou cartório eleitoral, no período de 2 de março a 4 de maio.

06 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo determina acesso a informações sobre verbas indenizatórias de senadores

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Senado Federal forneça à Empresa Folha da Manhã S/A – editora do jornal Folha de S. Paulo – cópia reprográfica de documentos sobre o uso da verba indenizatória dos senadores da República no período de setembro a dezembro de 2008. A decisão se deu no julgamento do Mandado de Segurança (MS) 28178, retomado na sessão desta quarta-feira (4) com o voto-vista do ministro Ricardo Lewandowski, presidente da Corte.

Os ministros, por unanimidade, decidiram que informações quanto à verba indenizatória não são protegidas pelo sigilo, por não colocarem em risco a segurança da sociedade e do Estado, tampouco invadirem a vida privada, honra e intimidade dos parlamentares.

VOTO-VISTA

O ministro Ricardo Lewandowski acompanhou integralmente o argumento do relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, no sentido de que o princípio da publicidade alcança “tudo aquilo que diz respeito à atividade pública”.

O presidente disse que as dúvidas que motivaram o pedido de vista do processo foram sanadas. Uma delas dizia respeito ao custo das cópias dos documentos. O ministro afirmou que a empresa de comunicação se comprometeu a assumir integralmente as despesas com as cópias.

06 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abert questiona decisões que restringem propaganda de bebidas alcoólicas

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) ingressou com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 333, com pedido de liminar, buscando a declaração de inconstitucionalidade de três acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Segundo a entidade de classe, os acórdãos “criam severas restrições à propaganda comercial de bebidas alcoólicas de teor igual ou inferior a 13 graus Gay-Lussac e, nessa medida, contrariam frontalmente diversos preceitos fundamentais da Constituição da República”.

A Abert sustenta que a Lei Federal 9.294/1996, que regulamenta a norma constitucional sobre propaganda de bebidas alcoólicas e institui restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas e de outros produtos potencialmente prejudiciais à saúde, como tabaco, agrotóxicos e medicamentos, restringe seus

efeitos exclusivamente às bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus GayLussac.

De acordo com a associação, as decisões do TRF-4 violam o princípio da separação de Poderes (artigo 2º da Constituição Federal), pois, ao decidir na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1755, que questionava dispositivo legal restringindo a propaganda apenas para as bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus, o STF entendeu que a matéria seria de competência exclusiva do Congresso Nacional. Sustenta, ainda, violação ao princípio da legalidade, já que, ao proferir as decisões, a corte regional “pretendeu rever o marco regulatório aplicável à propaganda desse produto, em flagrante desrespeito à reserva legal instituída sobre a matéria”.

A Abert alega que os acórdãos do TRF-4 violam a liberdade de iniciativa de suas associadas ao impor restrições à veiculação de propagandas de bebidas alcoó-

licas, que teriam suas receitas reduzidas, e provocaria efeitos também da indústria de bebidas e nas atividades patrocinadas por este setor da economia. “São diversos os contratos de publicidade celebrados com as associadas da requerente que correm o risco de serem rompidos em função da mudança abrupta – e não submetida ao debate democrático – da legislação aplicável à propaganda de bebidas alcoólicas. Isso sem contar os impactos sobre a própria indústria de bebidas e os efeitos sobre as diversas atividades que são por elas patrocinadas (e.g. eventos esportivos e culturais). Há uma verdadeira miríade de agentes econômicos que podem ser fortemente impactados pelos acórdãos impugnados, o que deixa ainda mais clara a ofensa ao princípio da livre iniciativa, insculpido nos artigos 1º, inciso IV e 170, caput e parágrafo único, da Constituição Federal”, sustenta a entidade.

Isenção previdenciária deve se limitar ao que prevê Constituição

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a isenção da contribuição previdenciária sobre a aposentadoria ou pensão de “portadores de patologias incapacitantes” que sejam beneficiários do regime próprio do Estado do Rio Grande do Norte deve observar os limites previstos na Constituição Federal. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta

de Inconstitucionalidade (ADI) 3477, na tarde desta quarta-feira (4).

O dispositivo questionado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estabelece que os aposentados e pensionistas do Rio Grande do Norte devem contribuir com 11% para o regime próprio de previdência social dos servidores públicos daquele estado,

a ter incidência sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o limite máximo estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social. O parágrafo único prevê isenção para os aposentados e pensionistas que sejam “portadores de patologias incapacitantes abrangidos pela isenção oferecida pelo imposto de renda”.

06 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça afasta do cargo juiz do caso Eike

Magistrado deixa funções de titular de Vara Criminal após dirigir carro do empresário

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

Em uma reunião fechada, o Órgão Especial do TRF-2 (Tribunal Regional Federal), no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, decidiu nesta quinta (5) afastar o juiz federal Flávio Roberto de Souza das funções do cargo de titular da 3ª Vara Federal Criminal.

O magistrado foi flagrado, no dia 24, dirigindo o Porsche do empresário Eike Batista e que havia sido apreendido por sua determinação.

A Folha apurou que, além do caso Eike, dois juízes federais descobriram outras irregularidades que teriam sido praticadas por Souza como titular da 3ª Vara Federal. A dupla de magistrados realiza uma análise sobre os seus atos a pedido do corregedor regional, o desembargador Guilherme Couto de Castro.

As supostas irregularidades não foram reveladas, mas um relatório deve ser encaminhado ao corregedor nos próximos dias. O documento será base para investigação, que teve sigilo decretado.

O juiz não comentou a abertura de investigação.

Na terça-feira (3), a 2ª Turma do TRF suspendeu o juiz do caso Eike, além de anular todos os seus atos no processo. Apenas os bloqueios de bens do empresário foram mantidos pelos desembargadores do tribunal.

O processo de Eike está parado. Aguarda a sessão do CNJ (Conselho Nacional de

Justiça) em que se definirá a vara e o juiz que serão responsáveis pelo caso.

Eike é réu por supostamente ter cometido "insider trading" (negociação de ações com informação privilegiada) e manipulação de mercado, na venda de ações da OGX e da OSX. O crime de "insider" prevê pena de até cinco anos, e o de manipulação, até oito anos. Há possibilidade de aplicação de multas.

A defesa do empresário nega as acusações.

06 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Senado aprova direito igual para a mãe registrar filho

Lei atual prevê obrigação do pai; texto vai a sanção

O Senado aprovou nesta quinta-feira (5) um projeto de lei para que tanto a mãe quanto o pai de um recém-nascido possam fazer a declaração de nascimento da criança em igualdade de condições. O texto segue para sanção presidencial.

Atualmente, a lei determina que é o pai quem tem a obrigação de declarar o nascimento de seu filho em até 15 dias. A mãe pode fazer a declaração só se o pai estiver impedido ou ausente. Neste caso, ela terá 45 dias para isso.

O projeto inclui a mãe no rol de primeiros responsáveis que podem providenciar a declaração de nascimento e determina que, em falta ou impedimento de um deles, o outro pode fazer o registro.

O projeto havia sido aprovado em 2014 pelas comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça do Senado e poderia ter sido enviado para sanção presidencial, mas o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou recurso para que o texto fosse analisado pelo plenário.

Assim, ele apresentou uma emenda para que a comprovação da paternidade siga a legislação vigente, em que a declaração de nascido vivo não constitui prova ou presunção da paternidade.

A paternidade só é aceita quando o pai assume a paternidade, quando há o registro de casamento entre a mãe e o pai ou quando há uma investigação de paternidade.

(MARIANA HAUBERT)

Promotoria investiga grife por frase adulta em camiseta infantil

DO RIO - O site Use Huck, do apresentador Luciano Huck, 43, será investigado pela Promotoria do Rio por vender uma camiseta infantil com a estampa "Vem ni mim que eu tô facin".

A estampa infantil vem causando furor nas redes sociais, onde foi acusada de incentivar pedofilia, desde a terça (3).

A camiseta foi retirada do site no mesmo dia. À noite, a grife publicou pedido de desculpas pelo "lamentável erro".

O site também foi notificado nesta quinta (5) pelo Procon-RJ.

O apresentador não comentou a investigação do Ministério Público. Em nota, afirmou que "a UseHuck atenderá às solicitações do Procon".

MÔNICA BERGAMO

ÁGUA FRIA

A exclusão do senador Aécio Neves (PSDB-MG) da lista de envolvidos no escândalo da Operação Lava Jato frustrou boa parte do governo e do PT. O procurador-geral, Rodrigo Janot, que fechou o documento, não guardou segredo quanto ao fato de o tucano estar citado em delações premiadas. Isso foi entendido como um sinal de que ele não pouparia o tucano.

ÁGUA FRIA 2

Janot já está sendo comparado ao ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal). O magistrado foi indicado à corte graças à expectativa de que inocentaria os réus do mensalão. E fez justamente o contrário.

Oficiais de Justiça não encontram ex-ministro, e depoimento é adiado

DE CURITIBA - O ex-ministro Paulo Bernardo não foi encontrado por oficiais da Justiça Federal do Paraná e um depoimento dele marcado para esta quinta (5) acabou adiado.

Bernardo foi arrolado como testemunha pela defesa de Ricardo Pessoa, presidente da empreiteira UTC e é um dos réus da Operação Lava Jato.

Um oficial de Justiça tentou intimar Bernardo na semana passada em um prédio de Curitiba, mas um funcionário do condomínio informou que ele

não mora mais no local.

A defesa de Pessoa informou então à Justiça que iria procurar a direção do PT em São Paulo para obter o endereço correto. E disse que "informações de redes sociais" apontam que ele se mudou para o interior paulista. Até esta quinta, porém, Bernardo não havia sido localizado.

O petista, marido da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi ministro do Planejamento no governo Lula e comandou a pasta das Comunicações até dezembro, na gestão Dilma.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Operação Salva Mandato

BRASÍLIA - Depois da Lava Jato, vem aí a Operação Salva Mandato. É o que se discute no Congresso diante da divulgação diária de novos nomes de parlamentares na lista de investigados no petrolão.

Integrantes da bancada governista estão sendo orientados a repetir que a abertura de inquéritos no Supremo Tribunal Federal não será motivo suficiente para justificar a instauração de processos de cassação.

O discurso tem um objetivo claro: bloquear o andamento das primeiras representações que devem chegar em breve aos Conselhos de Ética da Câmara e do Senado.

Por ora, PT e PMDB vão sustentar que os processos de cassação só poderão começar quando os inquéritos se transformarem em denúncias ou ações penais. Isso pode levar meses, devido à quantidade de casos nas mãos do ministro Teori Zavascki.

Se a tática governista for cumprida à risca, as primeiras representações por quebra de decoro serão arquivadas de imediato, sem que os parlamentares analisem as provas contra os colegas citados na operação.

A abertura de inquéritos não é sinônimo de culpa, mas o Ministério Público Federal já reuniu indícios suficientes de que diversos políticos quebraram o decoro ao negociar com a quadrilha que roubava a Petrobras.

Em dezembro, os mesmos partidos que articulam a pizza adotaram outro critério ao cassar o deputado André Vargas, eleito pelo PT do Paraná. Ele perdeu o mandato três meses antes da divulgação da lista de Janot.



O ministro Luis Felipe Salomão, relator da Lava Jato no STJ (Superior Tribunal de Justiça), é o favorito do PMDB para a vaga deixada por Joaquim Barbosa no Supremo.

Ao assumir sua cadeira atual, ele agradeceu o apoio de dois líderes do partido no Rio: Sérgio Cabral e Eduardo Cunha, ambos citados na operação. Agora deverá conduzir inquérito contra o governador Luiz Fernando Pezão, também do PMDB.

06 MAR 2015

06 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Pezão e Tião Viana deverão ser investigados

Procuradoria pedirá ao STJ para apurar eventuais participações dos governadores do RJ e do AC, citados na Lava Jato

E praxe na corte aceitar solicitações de inquérito feitas pelo Ministério Público; citados negam envolvimento no caso

Na próxima semana serão enviados ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) pedidos de investigação sobre a eventual participação dos governadores do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do Acre, Tião Viana (PT), em casos apurados pela Operação Lava Jato.

Pessoas que atuam no caso informam que os pedidos estão em fase final de produção. Procuradores avaliam se o caso é de uma solicitação de inquérito ou de abertura de sindicância, classe processual que existe no STJ e antecede a fase de inquérito.

Citações aos governadores estão na corte desde o mês passado, quando o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, promoveu a cisão das delações.

Ele manteve no STF (Supremo Tribunal Federal) deputados e senadores e levou ao STJ os governadores.

Os casos estão sob a relatoria do ministro Luís Felipe Salomão e correm em sigilo. Caberá a ele autorizar ou não o início das apurações. A aceitação é praxe no STJ.

A expectativa é que, no mesmo pedido, seja solicitado o fim do sigilo dos processos, quando será possível saber o contexto em que os governadores foram citados pelos delatores Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e Alberto Youssef, doleiro.

Após as fases de sindicância e inquérito, o Ministério Público pode pedir o arquivamento das investigações ou formular uma denúncia.

Para que o governador responda a um processo criminal, é preciso de autorização da Assembleia Legislativa.

Pezão afirmou nesta quinta (5) desconhecer a citação de seu nome. Ele recebeu a notícia pela imprensa e disse estar disposto a colaborar, se for chamado.

A assessora de Tião Viana disse que ele não vai falar sobre o tema. E ressaltou que todas as doações à sua campanha estão registradas.

Avisado de que estaria na lista enviada ao STF, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que "vai para cima" para tentar provar inocência. Ele foi citado em depoimentos por Paulo Roberto Costa, que atuou em sua campanha ao governo do Rio em 2014.

As três maiores doações que ele declarou à Justiça foram feitas por empreiteiras envolvidas na Lava Jato: UIC, Queiroz Galvão e OAS.

O senador nega relação entre as contribuições e o esquema na Petrobras. E diz que Costa só atuou em sua campanha como consultor do programa de governo.

"Ele [Costa] parecia o melhor cara da área. Dizia que o Rio poderia virar a Houston brasileira. Fizemos três reuniões e depois fiquei surpreso quando ele foi preso. Eu não sabia de nada", afirmou Lindbergh. (SEVERINO MOTTA E BERNARDO MELLO FRANCO)

06 MAR 2015

BEMPARANÁ

Greve de professores vai completar um mês

Mesmo com ordem da Justiça, categoria mantém a paralisação nesta semana

Justiça não consegue notificar professores

Apesar da determinação da Justiça, para que as aulas sejam retomadas na rede estadual de ensino, a greve não parou. Até o dia de ontem, a APP-Sindicato, que representa os professores, não havia recebido a notificação da justiça, porque a sede ficou o dia todo fechada.

Mesmo com a determinação do desembargador Luiz Mateus de Lina, do Tribunal de Justiça (TJ), para que as aulas fossem retomadas na rede estadual de ensino, ontem os 950 mil alunos da rede permaneciam sem aulas. Apenas 36 escolas em todo o Estado funcionaram, segundo a Secretaria de Estado da Educação. Como dificilmente as aulas serão retomadas hoje, a greve fatalmente vai completar um mês na próxima segunda-feira, e sem garantia de aulas normais.

Até as 19 horas de ontem, a APP-Sindicato, que representa os trabalhadores em Educação Pública do Paraná, não havia recebido a notificação da Justiça, porque a sede ficou o dia todo fechado. O diretor de comunicação da APP, Luiz Fernando Rodrigues, confirmou que a

sede da APP ficou fechada "em recesso" o dia todo porque os trabalhadores precisavam de folga, após tantas marchas e protestos. "Por isso, fica valendo a decisão da assembleia de quarta-feira, que votou pela continuidade da greve", afirmou ele. Hoje, a sede também não vai abrir, já que o sindicato resolveu dar dois dias de folga aos funcionários.

O desembargador determinou o retorno imediato às aulas de professores e funcionários da rede estadual de educação sob multa diária será de R\$ 20 mil. A determinação judicial veio no mesmo dia que uma assembleia que reuniu pelo menos 20 mil professores no estádio da Vila Capanema decidiu pela continuidade da greve.

O despacho do desembargador também proíbe os grevistas também de obstruir, de qualquer modo. O secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, disse na quarta-feira que a decisão de recorrer à Justiça foi a forma encontrada para proteger os direitos da população paranaense. "É uma medida extrema, mas necessária. Não existe mais justificativa para a greve", afirmou Sciarra. "Todas as questões financeiras, administrativas e da operação escolar estão atendidas."

A greve que vai completar um mês já traz sérios comprometimentos para o ano letivo, que deve ser de, no mínimo, 200 dias por ano. Isso pode representar aulas

aos sábados, ou férias de meio de ano mais curtas, além das aulas avançarem sobre o mês de dezembro, prejudicando os estudantes de terceiro ano que se preparam para o vestibular e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

06 MAR 2015

BEMPARANÁ

87 mil podem perder o título

De acordo com a legislação eleitoral, 87.419 eleitores paranaenses que não votaram e não justificaram a ausência nas três últimas eleições podem ter o seu título de eleitor cancelado. Desse total, 15.188 são eleitores de Curitiba. Para regularizar a situação, quem se encontrar nessa situação deve comparecer a qualquer fórum ou cartório eleitoral, no período de 2 de março a 4 de maio, portando documento oficial com foto, título eleitoral e comprovantes de votação, de justificativa eleitoral e de recolhimento ou dispensa de recolhimento de multa.

A relação das inscrições passíveis de cancelamento está disponível nos cartórios eleitorais para consulta. O eleitor também pode verificar se o seu documento está sujeito ao cancelamento no site do TRE-PR (www.tre-pr.jus.br), na coluna "Serviços ao Eleitor", no link "Situação Eleitoral".

O não comparecimento ao cartório eleitoral para comprovação do exercício do voto, da justificativa de ausência ou do pagamento das multas correspondentes implicará o cancelamento automático do título de eleitor, que será efetivado de 19 a 21 de maio.

Sindicato é notificado

O Sindicato dos Servidores do Departamento de Trânsito do Paraná (Sisdep) foi notificado oficialmente, ontem, da decisão da Justiça que proíbe a ocupação da sede principal do órgão e de todas as unidades, sejam postos ou Ciretrans. A liminar foi concedida no dia 27 de fevereiro, mas seu cumprimento dependia da intimação do presidente do Sisdep. A informação é do Detran-PR. A proibição, além de coibir ocupações e eventuais depredações às sedes do Detran, veda aos integrantes que impeçam os servidores que não aderiram ao movimento grevista de exercer as atividades. A decisão prevê multa diária de R\$ 5 mil em caso descumprimento. A determinação também é de um mínimo de 30% de efetivo que o Sindicato dos Servidores (Sisdep) deve manter em serviço. Contudo o Sisdep alertou seus associados que a greve não foi considerada ilegal, portanto ela continua em todo o Estado. Hoje a categoria faz assembleia na sede da APUFPR.